

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**  
2 **PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) COM**  
3 **A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA), INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA) E A**  
4 **DIRETORIA DA AGEVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE**  
5 **DOIS MIL E DOZE, NO ESCRITÓRIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA), NO RIO**  
6 **DE JANEIRO - RJ.** Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no escritório do INEA, no  
7 Rio de Janeiro (RJ), foi realizada a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração (CA) da AGEVAP  
8 com a Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Diretoria da AGEVAP, com  
9 a **presença dos conselheiros:** Friedrich Wilhelm Herms, Suleide Silva Prado, Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo  
10 Teodoro de Carvalho e Juarez de Magalhães; do Diretor-Executivo da AGEVAP, Edson Fujita; e dos **seguintes**  
11 **convidados:** Hendrik Mansur (Coordenador Técnico – Diretoria-Executiva da AGEVAP), Rodrigo Flecha Ferreira  
12 Alves (Superintendente da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – SAG-ANA), Victor  
13 Alexandre Bittencourt Sucupira (Superintendente-Adjunto da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos  
14 Hídricos – SAG-ANA), Osman Fernandes da Silva (Especialista em Recursos Hídricos da Superintendência de  
15 Apoio à Gestão de Recursos Hídricos – SAG-ANA), Gláucia Sampaio (Gerente de Apoio à Gestão das Águas do  
16 INEA), Wallace Serafim Pavão (Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA), Giselle de Sá Muniz (Administradora  
17 GEAGUA/DIGAT/INEA), Moema Acselrad Versiani (Gerente de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos do  
18 INEA), Lívia Soalheiro (Assessora Jurídica da Diretoria de Águas e Territórios do INEA) e Gisela Sanches de  
19 Souza (TextoArte Comunicação). A reunião teve a seguinte **Ordem do Dia:** **1-** Organização administrativa e  
20 funcionamento da AGEVAP; **2-** Relação do CEIVAP com a AGEVAP no âmbito do Contrato de Gestão; **3-**  
21 Situação dos contratos com a ANA e com o INEA; **4-** Plano de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança; **5-**  
22 Propostas de melhoria da sistemática de aplicação de recursos; **6-** Mecanismo de escolha para os cargos da  
23 Diretoria; **7-** Outros Assuntos. **Apresentação** – A reunião foi aberta pelo Superintendente da Superintendência de  
24 Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Sr. Rodrigo Flecha Ferreira Alves, que primeiramente agradeceu a  
25 presença de todos e a hospitalidade do INEA em recebê-los e, antes de dar início à pauta, solicitou aos presentes  
26 para que fizessem um breve balanço do Sistema de Recursos Hídricos, em particular na bacia do rio Paraíba do Sul.  
27 Ele iniciou a discussão falando de sua atuação em relação à bacia do rio Paraíba do Sul e de seu acompanhamento  
28 quanto ao sistema e suas crises. Como representante da ANA, disse também que hoje a Agência Nacional de Águas  
29 faz uma avaliação sobre a implementação da cobrança pelo uso da água, que acabou retirando dos Comitês a  
30 possibilidade de terem uma pauta importante dentro do Sistema de Recursos Hídricos, e destacou como essa  
31 situação tem gerado problemas em outros Comitês, mas explicou que a ANA tem os alertado sobre este assunto.  
32 Seguindo a discussão, ele destacou a atual situação dos Comitês que deveriam ocupar funções de um órgão nobre,  
33 deliberativo, político, institucional e de articulação, mas que muitas das vezes têm tomado para si o papel de  
34 Agências executoras, operacionais, administrativo-financeiras que, segundo ele, são funções que não poderiam ser  
35 confundidas. Novamente ele retomou o assunto da cobrança pelo uso da água no rio Paraíba do Sul e fez um breve  
36 histórico sobre o tema. Abordou também sobre os problemas de relacionamento em todas as estruturas do sistema  
37 de gestão, inclusive citando a relação entre o Conselho de Administração da AGEVAP e sua Diretoria-Executiva.  
38 Em seguida, falou brevemente sobre a situação da Câmara Técnica do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica  
39 do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e de sua última reunião, realizada no dia 26 de junho de 2012, que contou com sua  
40 participação e também do Superintendente-Adjunto da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos –  
41 SAG-ANA, Sr. Victor Sucupira. Outro assunto citado pelo Sr. Rodrigo Flecha foram as análises feitas das  
42 deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), onde foram constatadas que grande parte delas  
43 eram voltadas para a área mais operacional e administrativa do sistema. A conclusão que tiveram da avaliação foi  
44 de que o percentual de conteúdo voltado para abrangência nacional das deliberações era muito baixo, pois cerca de  
45 70% (setenta por cento) eram voltadas à criação de Câmara Técnica Consultiva, revisão de Regimento Interno,  
46 postergação de prazo, entre outros. Ele também comparou a situação do CNRH com o CEIVAP, que possui 175  
47 deliberações em 12 anos e a grande maioria é voltada para os mesmos pontos citados na análise do Conselho  
48 Nacional. Colocou em discussão a agilização da aplicação dos recursos, que segundo ele é um problema gravíssimo.  
49 Falou ainda sobre as frentes de trabalho, como: o Plano Plurianual entre Agências e Comitês – ferramenta  
50 fundamental para organizar a aplicação de recursos; elaboração de agendas anuais de atividades, que embora o  
51 CEIVAP já utilize deste mecanismo, o Comitê não possui seu conteúdo estabelecido; e empresa gerenciadora –  
52 outra ferramenta que trará mais velocidade na aplicação e contratação, especialmente na questão do  
53 desenvolvimento de estudos relacionados a projetos padrão, índices de custos, etc. Ele também comentou sobre o  
54 grande número de processos administrativos dentro da AGEVAP, o que tem tornado a Agência uma mera executora  
55 administrativa de demandas do Comitê. Antes de encerrar sua fala, ele colocou que as arestas precisam acabar entre  
56 todas as estruturas do sistema e pediu mais profissionalismo, agilização no processo de aplicação e fazer com que o  
57 CEIVAP e sua Câmara Técnica não intervenham nas funções da Agência. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro pediu a  
58 palavra e também comentou sobre os recursos no sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos e destacou a

59 importância da ferramenta do Plano de Aplicação Plurianual citado anteriormente pelo Sr. Rodrigo Flecha. Falou  
60 também sobre o poder da Câmara Técnica Consultiva única, que passou a pautar as decisões do Comitê e hoje nem  
61 a Agência ou mesmo o Conselho de Administração têm como corrigir isso, mas os Órgãos Gestores sim, pois são  
62 eles os responsáveis pelas políticas de gestão. O Presidente do CA, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, também fez uso  
63 da palavra e iniciou seu discurso falando sobre a antiga situação da AGEVAP, que antes trabalhava apenas para o  
64 CEIVAP. Em seguida, ele falou sobre a Câmara Técnica Consultiva Única e afirmou ter sido contra essa nova  
65 estrutura, pois, segundo ele, deveriam existir Câmaras Técnicas específicas, como jurídica, saneamento, técnica, etc.  
66 Quanto à AGEVAP, ele falou sobre a antiga formação do Conselho, que era de 19 membros, e a mudança que  
67 aconteceu com a reestruturação que passou para cinco. Já sobre o Conselho de Administração, o qual faz parte hoje,  
68 o Presidente do CA explicou que um dos primeiros assuntos colocados em pauta pelos novos participantes foi a  
69 separação do que é deliberativo, ou seja ação competente ao Comitê, do operacional, cabível à AGEVAP. Ainda  
70 sobre a Agência ele informou que muito trabalho vem sendo executado hoje, como: a discussão do Plano de Cargos  
71 e Salários, novo organograma, entre outros, e destacou a importância destas mudanças uma vez que hoje a realidade  
72 da Associação é diferente, pois a AGEVAP possui novos contratos que passaram a Agência de sete para 40  
73 funcionários. Outro assunto apontado pelo Presidente do CA foi a questão dos 7,5% (sete e meio por cento)  
74 provenientes da cobrança pelo uso da água repassado pelo Contrato de Gestão com a ANA, que não atende às  
75 necessidades orçamentárias da Agência como, por exemplo, o aumento aos empregados que precisam de reajuste  
76 salarial, mas a receita da Associação não tem aumento e muitas vezes a solução é retirar pessoas para continuar  
77 pagando os reajustes aos demais. Ainda sobre este assunto, o Sr. Paulo Teodoro também fez seu comentário dizendo  
78 que desde que a Lei Federal nº 9.433/1997 saiu era possível perceber claramente que este valor não seria o  
79 suficiente para conduzir uma Agência de Água. Sugeriu também para que fosse feita uma reformulação na Lei o  
80 quanto antes e que os Órgãos Gestores precisavam também se envolver com este assunto, fazendo estudos e levando  
81 uma proposta ao Congresso Nacional. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms complementou a fala do Conselheiro dizendo  
82 que é necessário definir primeiramente qual seria a estrutura mínima para que uma Agência funcionasse e o quanto  
83 isso custaria. O Sr. Rodrigo Flecha explicou que este assunto seria uma discussão maior e complementou dizendo  
84 que o valor de 7,5% (sete e meio por cento) precisava ter correção monetária dos preços básicos, mas que há 12  
85 anos isso não acontecia. O Sr. Paulo Teodoro destacou também a preocupação em aumentar o valor da cobrança  
86 para que a arrecadação também aumente, pois uma ação como esta poderia causar reflexos seríssimos. Outro lado  
87 apontado pelo Presidente do CA foi a retenção de recursos; ele citou como exemplo a prorrogação dos prazos, uma  
88 vez que o CEIVAP ainda possui processos de 2008 e 2009 que ainda não foram encerrados e citou três pontos que  
89 considerava importantes para melhorar o trabalho: 1) separação do operacional e deliberativo; 2) elaboração do  
90 Plano Plurianual; 3) demanda induzida, que atualmente não tem obtido projetos que beneficiam o sistema. Sobre o  
91 item 3 colocado pelo Presidente do CA, o Sr. Paulo Teodoro fez algumas considerações e o Sr. Rodrigo Flecha  
92 encerrou o tema dizendo que tomariam providências sobre este assunto. O Presidente do CA comentou ainda sobre  
93 o workshop que está sendo organizado pela AGEVAP para que os Comitês possam trocar experiências entre si e  
94 destacou que muitos dos problemas identificados também são visíveis em outras Agências e isso constata existir um  
95 mal comum. O Sr. Rodrigo Flecha disse que o primeiro mal é a definição dos papéis. O Sr. Juarez de Magalhães  
96 pediu a palavra para dar sua opinião sobre tudo o que foi falado e iniciou citando que era visível o diagnóstico com  
97 relação ao sistema e em seguida pontuou alguns assuntos. O primeiro foi a questão dos Comitês não terem uma  
98 compreensão de uma participação democrática de seus atores. O segundo ponto foi sobre a Agência, que precisava  
99 de mais habilidade, interação e cooperação entre seus atores. Os demais pontos colocados pelo Conselheiro foram a  
100 questão dos 7,5% (sete e meio por cento) e a baixa capacidade de elaboração de projetos das prefeituras, em  
101 especial pelo Estado do Rio de Janeiro – diferente de Minas Gerais, que tem conseguido aplicar mais recursos por  
102 se adequar às regras do Manual de Investimento. Ele também citou as reclamações que têm ocorrido sobre os  
103 agentes, como por exemplo a Caixa Econômica Federal, e finalizou dizendo que apesar dos problemas serem  
104 constantes é necessário que a Agência e os Órgãos Gestores sejam mais positivos para que esses procedimentos  
105 possam ser melhorados. O Superintendente da ANA, Sr. Rodrigo Flecha, perguntou aos demais se haveria alguém que  
106 gostaria de fazer uso da palavra para que pudessem encerrar inicialmente o balanço geral e efetivamente colocar em  
107 discussão a pauta do dia. O Sr. Paulo Teodoro pediu a palavra novamente e falou brevemente sobre a legislação de  
108 gerenciamento de recursos hídricos e seus instrumentos de gestão e finalizou falando sobre a aplicação de recursos  
109 dentro dos três Estados da Bacia. O Presidente do CA pediu a palavra para fazer uma consideração sobre a nova  
110 reformulação do CA e explicou que hoje os integrantes do Conselho não fazem parte de nenhum Comitê,  
111 exatamente para que seja criado um profissionalismo dentro do CA, que vai buscar soluções para os problemas. Em  
112 seguida, fez uso da palavra a Gerente de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos do INEA, Sra. Moema  
113 Acselrad Versiani. Ela iniciou seu discurso dizendo o quanto seria interessante que a Sra. Rosa Formiga estivesse  
114 presente à reunião, uma vez que era especialista em identificar esses gargalos que foram citados e buscar soluções, e  
115 em seguida continuou dizendo que o aprendizado em avançar com o Sistema de Gerenciamento de Recursos  
116 Hídricos nos âmbitos Estadual e Nacional precisava ser contínuo, pois um não andava sozinho sem o outro. Em seu

117 discurso, a Sra. Moema Versiani reafirmou que todos os representantes presentes teriam um denominador em  
118 comum que é o de acreditarem no Sistema e também conceitualmente na Agência única e citou o pesado e forte  
119 empenho do INEA nessa solução, dedicando o mérito à equipe da Sra. Gláucia Sampaio, pois tem trabalhado na  
120 retaguarda. Como representante do INEA na CTC do CEIVAP, ela também colocou em discussão a distinção de  
121 posições que precisava tomar quando estava trabalhando e o Presidente do CA qualificou sua postura dizendo que  
122 isso seria profissionalismo. A Sra. Moema Versiani continuou sua explanação destacando a importância em haver  
123 um diálogo entre os Órgãos Gestores e o Conselho de Administração da AGEVAP, uma vez que esta instância  
124 também faz parte do sistema e tem seu papel definido e, desta forma, seria possível haver uma ajuda mútua para  
125 resolver todos os gargalos e cada um poderia contribuir de acordo com seus papéis. O Presidente do CA colocou em  
126 seguida o aspecto da falta de conhecimento dos representantes dos Comitês sobre o sistema, a estrutura do CA,  
127 como ele funciona, o que ele faz, entre outros. O Sr. Rodrigo Flecha pediu a palavra e colocou que a ANA e o  
128 INEA são contratantes e que esta condição não é reconhecida pelos Comitês. A Sra. Gláucia Sampaio ponderou  
129 dizendo que agora essa visão estaria começando a melhorar. Retomando seu discurso, a Sra. Moema Versiani falou  
130 da diferenciação que deveria existir entre o CEIVAP e os Comitês Estaduais e destacou que os Órgãos Gestores  
131 deveriam sim ajudá-los a definir seus papéis. Outro assunto apontado por ela foi o fortalecimento da Agência de  
132 Bacia, ação que considerou fundamental, mas que nada estaria sendo feito para construir este fortalecimento. Como  
133 exemplo, ela citou a questão do aumento do Preço Público Unitário (PPU), que corresponde à cobrança pela  
134 captação e consumo de água bruta, colocado em deliberação pelo CEIVAP, e que caso não houvesse mecanismo de  
135 cobrança deveria ocorrer uma correção do valor e a CTC decidiu por não fazê-la e a plenária aceitou. Finalizado  
136 este assunto, ela retomou a discussão dos papéis e colocou sua opinião sobre a ideia da CTC única, que para ela não  
137 seria ruim conceitualmente, pois existe uma Agência de Bacia para trabalhar e pensar. Para finalizar, ela falou do  
138 papel da CTC, dizendo que ela deveria ser um espaço para confrontar determinadas questões do CEIVAP, mas que  
139 muitas vezes tem tomado os papéis do Comitê e da Agência. O Sr. Paulo Teodoro colocou sobre a participação da  
140 Agência dizendo que ela não tem participação nem poder dentro do Comitê para decidir e nem pautar assuntos e  
141 que os Órgãos Gestores teriam muito mais assento para discutir todos estes assuntos levantados. Feito o balanço  
142 geral, o Sr. Rodrigo Flecha encerrou as falas e sugeriu para que fosse colocado em pauta o primeiro item da ordem  
143 do dia. **Item 1: Organização administrativa e funcionamento da AGEVAP** – O Representante da ANA  
144 perguntou ao Conselho de Administração e aos Diretores da AGEVAP sobre a saída do então Diretor-Executivo, Sr.  
145 Edson Fujita, no dia 31 de agosto. Ele também questionou sobre o organograma da Agência, se estaria funcionando  
146 e se a proposta apresentada teria sido feita pela Diretoria, com o apoio do CA. O Sr. Paulo Teodoro disse que o  
147 Conselho estaria discutindo este assunto e havia feito uma proposta do novo organograma. O Sr. Rodrigo Flecha  
148 falou que gostaria de ouvir o Diretor e o Coordenador Técnico da AGEVAP e o Conselho sobre o assunto. O  
149 Presidente do CA explicou que o organograma que o Sr. Rodrigo Flecha tinha em mãos foi apresentado ao  
150 Conselho e que eles perceberam muitos cruzamentos de informações, ou seja, a estrutura não estava boa. Em cima  
151 deste diagnóstico, o Conselho fez uma nova proposta e colocou também em discussão a grande confusão que existia  
152 dentro do organograma entre cargo e função e também estariam buscando soluções para este entrave e terminou sua  
153 fala dizendo que hoje a Agência não possuía um organograma oficial e a proposta do CA estaria diferente do  
154 documento que ele tinha em mãos. A Sra. Gláucia Sampaio perguntou se essa estrutura apresentada a eles não era  
155 oficial e o Presidente do CA disse que não, mas que o Conselho estaria trabalhando nesta nova proposta. O Sr.  
156 Rodrigo Flecha questionou se sobre este assunto havia tido um debate entre a Direção e o Conselho e o Presidente  
157 do CA afirmou que sim, mas o Diretor-Executivo Sr. Edson Fujita não concordou com a afirmação e explicou que a  
158 proposta foi levada ao Conselho e eles solicitaram à Diretoria para que contratasse uma empresa para fazer um  
159 Plano de Cargos e Salários e aí sim poderem concluir. Ele colocou também alguns questionamentos sobre a nova  
160 estrutura proposta pelo CA e afirmou que quem saberia a melhor forma seria a Diretoria e que o CA poderia sim  
161 ajudar a montar, mas não definir da forma como quisessem. O representante da ANA identificou a divergência  
162 sobre o assunto entre o CA e a Diretoria e o Sr. Edson Fujita disse que não colocaria como divergência, mas que a  
163 nova proposta trabalhada estaria sendo feita sem saber o porquê dela ser assim. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro  
164 informou não existir uma proposta do organograma pronta e o Presidente do CA disse que essa proposta havia sido  
165 levada pela Diretoria-Executiva e o CA a evoluiu. O Sr. Rodrigo Flecha perguntou se o documento que ele tinha em  
166 mãos era a estrutura que estaria funcionando hoje e o Presidente do CA disse que mais ou menos. Já o Sr. Edson  
167 Fujita afirmou que sim, mas com uma ressalva de que apenas o Diretor Administrativo-Financeiro ainda não havia  
168 sido contratado. O Representante da ANA fez a leitura do esquema do organograma e pediu confirmação de quem  
169 ocupava os cargos de Coordenação Técnica e Coordenação de Gestão. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms disse que  
170 desde segunda-feira (25) houve uma inversão feita pelo Diretor-Executivo, passando a Coordenação Técnica ao Sr.  
171 Hendrik Mansur e a Coordenação de Gestão ao Sr. Flávio Simões, e informou ainda que no dia de ontem (26) o Sr.  
172 Flávio Simões havia sido demitido pelo Diretor-Executivo. O Sr. Rodrigo Flecha disse que não sabia desta  
173 informação. O Presidente do CA esclareceu que o organograma oficial ainda não estava aprovado. O Sr. Edson  
174 Fujita colocou em seguida que a proposta do organograma foi levada ao Conselho em junho de 2010. O Sr. Rodrigo

175 Flecha disse que era necessário encontrar onde estavam as arestas e desentendimentos desta estrutura para que  
176 fossem resolvidos. O Sr. Victor Sucupira manifestou sua opinião dizendo que era possível e desejável haver sim  
177 uma discussão para encontrar uma estrutura organizacional para o funcionamento administrativo da Agência e que  
178 não via nenhum problema em discutir este rearranjo. O Presidente do CA esclareceu que a proposta que vem sendo  
179 discutida não está muito diferente do que se tem hoje, mas a diferença é que ela está sendo feita baseada em funções  
180 e concluiu dizendo que o assunto estava sendo falado desde 2010, mas que no decorrer deste tempo o Conselho  
181 estava trabalhando em vários processos ao mesmo tempo. Sobre a questão de tempo, o Sr. Rodrigo Flecha disse que  
182 a ANA também está trabalhando em sua reestruturação organizacional há dez meses, mas que todos estariam  
183 contribuindo, e o que não poderia acontecer quanto à Agência é o CA apresentar uma outra estrutura, sendo que a  
184 existente hoje já funcionaria. Mais uma vez o Presidente do CA disse que o Conselho não estava apresentando outra  
185 estrutura, mas baseada na já existente eles estavam buscando melhorias. O Sr. Rodrigo Flecha colocou se essas  
186 melhorias seriam baseadas em sua concepção e o Sr. Friedrich Wilhelm Herms disse que não era baseada em sua  
187 própria concepção, mas na de todos os cinco membros do Conselho. O Representante da ANA disse então que a  
188 concepção de melhorar seria do CA e da Diretoria-Executiva, mas que o impasse não poderia existir, pois isso  
189 também afetaria os contratantes. O Sr. Paulo Teodoro disse que as opiniões deveriam ser colocadas sem meias  
190 palavras e que a análise feita é de precisava haver mudanças e de que não seria necessário explicações do porquê de  
191 mudar, pois a realidade é que a Agência precisa ter seriedade quanto ao processo e entender que existem riscos ao  
192 sistema que advém de uma turbacão que não tem dado tranquilidade para a Associação. O Sr. Rodrigo Flecha  
193 colocou então que o CA e a Diretoria da AGEVAP precisavam entrar num consenso. Novamente o Sr. Paulo  
194 Teodoro explicou que a proposta dada pelo Conselho tem sido feita ao encontro de todas essas preocupações  
195 colocadas e que o objetivo desta nova estrutura é de que o Diretor-Executivo tenha uma preocupação voltada  
196 internamente para a Agência, mas que 80% (oitenta por cento) de sua dedicação esteja destinada externamente para  
197 que futuramente não ouçam dos Comitês que eles não conhecem a estrutura e a forma de trabalho da Agência.  
198 Sobre este último ponto observado pelo Conselheiro, a Sra. Gláucia Sampaio colocou em questão a contínua  
199 capacitação dos Comitês, que possuem acesso à informação, mas muitos não buscam este conhecimento. O Sr.  
200 Rodrigo Flecha pediu para que o Sr. Hendrik Mansur e o Sr. Edson Fujita falassem um pouco sobre essa proposta  
201 do organograma. Antes de passar a palavra a eles, o Presidente do CA pediu a palavra para esclarecer o porquê de  
202 estarem tanto tempo trabalhando neste assunto. Ele disse que quando a proposta foi entregue o CA fez sua análise,  
203 mas quando o material retornava sempre permanecia igual e que em todas as discussões o Diretor-Executivo estava  
204 presente com direito a voz e não a voto, como diz no Estatuto, e quando precisava de apoio de seus gerentes os  
205 mesmos também eram convidados a participar; portanto, dizer que não houve discussão sobre o tema era mentira e  
206 ele não aceitava essa colocação. O Sr. Rodrigo Flecha mais uma vez abordou a questão do desentendimento e  
207 problemas visíveis entre o CA e a Diretoria-Executiva da Agência e colocou que deveria haver um ajuste nestes  
208 impasses, pois o sistema já possuía problemas muito maiores. O Sr. Paulo Teodoro disse que a preocupação do CA  
209 é montar uma estrutura de confiança junto aos clientes e de que o assunto não deveria nem estar sendo discutido  
210 nesta reunião, pois o objetivo do Conselho não era o de levar problemas a seus contratantes. A Sra. Gláucia  
211 Sampaio disse que o assunto acabou vindo à mesa e o Presidente do CA disse que caso quisessem continuar com a  
212 discussão, que todos os pontos deveriam ser colocados. Mais uma vez o Sr. Rodrigo Flecha disse querer ouvir a  
213 Diretoria-Executiva sobre o assunto e a Sra. Moema Versiani também pediu a participação deles. A Sra. Gláucia  
214 Sampaio complementou dizendo que o INEA tem tido um bom relacionamento com todos os níveis da Agência e  
215 finalizou dizendo receber com surpresa a notícia da demissão do Sr. Flávio Simões e considerou também  
216 significativa a saída do Sr. Edson Fujita, embora ela já tivesse sido anunciada. Em seguida, fez uso da palavra o Sr.  
217 Edson Fujita, que iniciou dizendo que com os novos Contratos de Gestão a Agência precisou criar uma estrutura  
218 para atender às novas demandas, ou seja, o que existia hoje na estrutura foi uma adequação feita de uma realidade  
219 apresentada. Quanto ao futuro, o Conselho primeiramente precisaria fazer um planejamento estratégico, definindo o  
220 que queriam, aonde gostariam de chegar e discutindo estes aspectos, aí sim começariam a montar uma estrutura,  
221 mas não enchê-las de caixinhas. Ele continuou dizendo que departamento é coisa de repartição pública e que a  
222 AGEVAP não possui o número de pessoas suficientes para preencher essas caixas. Disse ainda que os empregados  
223 faziam um pouco de tudo e que a estrutura precisava ser aberta e flexível pela quantidade de serviço. Quanto a saber  
224 se a atual estrutura seria a melhor, ele mesmo disse que não, mas ressaltou a importância em fazer um planejamento  
225 estratégico para a construção desta nova estrutura e sempre pensando no futuro de uma forma global. O Sr. Victor  
226 Sucupira perguntou ao Diretor se a estrutura hoje de organização da AGEVAP é suficiente e ele respondeu que não.  
227 Então, o representante da ANA disse que não via problema em haver uma discussão para rearranjar o que estava  
228 funcionando. O Sr. Edson Fujita questionou o por que de haver uma discussão para rearranjar, sendo que o que eles  
229 tinham estava funcionando, mas só não estavam prevendo o futuro e encerrou sua fala dizendo que caso desajassem  
230 colocar mais pessoas para trabalhar o primeiro assunto que deveria ser colocado em discussão era o recurso de 7,5%  
231 (sete e meio por cento) que hoje era destinado quase que totalmente para a contratação de pessoal. O Sr. Paulo  
232 Teodoro sugeriu para que fosse passado para o próximo item de pauta, pois este tema deveria ser discutido

233 primeiramente dentro do CA com a Diretoria-Executiva da AGEVAP. O Sr. Rodrigo Flecha disse que gostaria de  
234 entender, mesmo sabendo que não iriam resolver a questão, mas como contratantes tinham a obrigação de estar  
235 cientes do assunto. O Presidente do CA e o Conselheiro Sr. Dirceu Falce mais uma vez explicaram sobre as  
236 discussões que foram feitas sobre o assunto em diversas reuniões do Conselho. E o Sr. Friedrich Wilhelm Herms  
237 disse ainda que em todas as reuniões feitas com os demais Comitês ficou claro que a Agência não estava atendendo  
238 os seus clientes. O Sr. Rodrigo Flecha solicitou à AGEVAP para que como contratantes participassem mais das  
239 discussões do organograma, uma vez que este assunto afetava o desempenho dos Órgãos Gestores. O Sr. Hendrik  
240 Mansur informou que antes de a AGEVAP assinar o contrato, ela contratou uma empresa de Recursos Humanos  
241 que estudou muito este processo e foi criado um Plano de Cargos e Salários e tudo o que foi proposto foi adotado  
242 para atender os clientes e o que está funcionando hoje foi feito tecnicamente por uma empresa contratada, dentro  
243 dos recursos disponíveis para a Agência trabalhar. O Sr. Rodrigo Flecha, sabendo disso, concluiu que com todas as  
244 propostas e este plano seria possível chegar a um consenso sobre o assunto. O Presidente do CA disse que  
245 encaminharia tanto à ANA quanto ao INEA a minuta da proposta do Organograma e também do Plano de Cargos e  
246 Salários mencionado pelo Coordenador Técnico da AGEVAP. Mais uma vez, o Representante da ANA disse que  
247 gostaria, juntamente com o INEA, de participar desta discussão. O assunto seguinte colocado em debate foi quanto  
248 à ocupação dos cargos ocupados na Diretoria-Executiva, uma vez que o Diretor-Executivo estava com data marcada  
249 para sair e um dos Coordenadores havia sido mandando embora. O Sr. Rodrigo Flecha perguntou quem definiria os  
250 novos ocupantes destes cargos. Para colocar os Órgãos Gestores a par da situação, o Sr. Friedrich Wilhelm Herms  
251 iniciou primeiramente dizendo que tanto a troca dos Coordenadores e a demissão do Sr. Flávio Simões foram  
252 surpresa para ele também e que, devido os fatos terem acontecido nos dia 25 e 26, ou seja, muito próximos da  
253 reunião de hoje (27), o Conselho não teve tempo de se reunir para discutir o assunto. Em seguida, ele explicou que  
254 em uma reunião realizada em outubro de 2011 o Conselho colocou que precisaria de uma reestruturação na  
255 Coordenação da Diretoria-Executiva e o Sr. Edson Fujita não concordou dizendo que contava com dois e confiava  
256 neles e que caso isso fosse pedido ele colocava o cargo dele à disposição. Imediatamente, o Conselho não aceitou  
257 este pedido e houve uma negociação para que ficasse até julho de 2012. Ao final do mês de maio, em uma nova  
258 reunião, este prazo foi estendido em uma nova renegociação até o final de agosto de 2012, por questões pessoais do  
259 Diretor. Ele encerrou as explicações dizendo que o Conselho não sabia dos motivos que levaram o Diretor a demitir  
260 o Coordenador Sr. Flávio Simões e que em seu entender, pelo atual Estatuto, existia uma prerrogativa para essa  
261 ação, mas também disse que o documento legal dizia que o assunto deveria ter sido levado ao conhecimento do CA.  
262 O Sr. Rodrigo Flecha perguntou se o Estatuto dava ao Conselho o direito em opinar sobre essa situação e o  
263 Presidente do CA respondeu que quanto à demissão da Diretoria-Executiva, sim. O Sr. Edson Fujita falou que não  
264 era isso e o representante da ANA ressaltou a importância em colocar uma nova Diretoria qualificada para ocupar  
265 os cargos. O Sr. Paulo Teodoro perguntou ao Sr. Edson Fujita se ele teria algo a acrescentar sobre o assunto e ele  
266 disse que o Estatuto o permitia admitir e demitir quem ele quisesse. O Presidente do CA retomou suas explicações  
267 falando sobre a contratação do Diretor Administrativo-Financeiro, contemplada dentro do Contrato de Gestão com  
268 o INEA e que há mais de um ano estava sendo negociada a forma em que deveria ser feito o processo seletivo. O  
269 assunto foi discutido por todos, ocasião em que foram colocadas as questões relativas aos procedimentos e impasses  
270 constantes da Resolução nº 14 do INEA. Ao final, o Presidente do CA disse que o assunto já havia sido resolvido  
271 entre a AGEVAP e o INEA. O assunto seguinte colocado em discussão foi a questão do aumento salarial. O Sr.  
272 Rodrigo Flecha perguntou se o orçamento hoje permitia dar aumento aos Diretores, uma vez que seus salários atuais  
273 não eram compatíveis. O Presidente do CA disse que não e que hoje o que conseguiam fazer era trabalhar um  
274 aumento de 5% (cinco por cento). O Sr. Hendrik Mansur colocou existir uma dificuldade em cumprir a lei dos  
275 sindicatos e que se a situação ficasse assim, provavelmente teriam de demitir pessoas para cumprir com essas  
276 obrigações. O Sr. Rodrigo Flecha perguntou se a alternativa seria o aumento do PPU e o Presidente do CA  
277 respondeu que de imediato sim. Ele perguntou também a quantidade de funcionários e o Sr. Edson Fujita respondeu  
278 que 40, sendo nove no contrato com a ANA e os demais com o INEA e por isso todos os empregados estariam  
279 ligados diretamente à Agência e não aos contratos. Dada à conclusão de que haveria sim a necessidade do aumento  
280 do PPU, o Sr. Rodrigo Flecha colocou que precisaria da ajuda da Agência para convencer os Comitês, uma vez que  
281 são eles quem definem esses reajustes. Encerrado o assunto, o Sr. Rodrigo Flecha seguiu para o **Item 2 da pauta:**  
282 **Relação do CEIVAP com a AGEVAP no âmbito do Contrato de Gestão** – Ele iniciou dizendo que a ANA  
283 estava desenvolvendo um trabalho sobre as questões dos Comitês e a Agência no Contrato de Gestão e que a  
284 discussão irá virar uma deliberação. Ainda sobre este assunto, o Presidente do CA, juntamente com os demais,  
285 discutiram sobre os prazos dados pelos Comitês para a assinatura e execução dos contratos e da importância em  
286 estabelecer prazos certos para a execução de cada um deles, porém lembrando que cada caso precisava ser estudado  
287 separadamente, ou seja, apesar de haver a necessidade de se ter regras, elas precisam ser analisadas no contexto de  
288 cada caso. Finalizando o assunto, eles discutiram também sobre a importância em fazer o Plano Plurianual para  
289 limitar o número de contratações e destacaram também a necessidade de separação das funções dos Comitês e  
290 Agência no âmbito das contratações, opinião para a elaboração de termos de referência e acompanhamento de

291 produtos. A reunião foi suspensa às 13h20 para almoço e retomada às 14h30 com a ausência da Sra. Moema  
292 Versiani que, devido a compromissos de trabalho, precisou se ausentar no período da tarde. Dando continuidade à  
293 reunião, o Sr. Friedrich Wilhelm Herms pediu a palavra e fez uma recapitulação de todos os pontos que foram  
294 abordados no período da manhã. Ele iniciou falando sobre o **Item 1 da pauta – Organização administrativa e**  
295 **funcionamento da AGEVAP**, destacando que neste tema uma das coisas que não foi discutida no começo da  
296 reunião e considerada importante era a normativa da ANA para o processo licitatório que não levava em conta a  
297 parte técnica, mas sim o menor preço, e que, segundo ele, para estudos a parte técnica seria importante e pediu  
298 urgência para que esse ponto fosse corrigido e assim melhorassem o procedimento interno da AGEVAP. No **Item 2**,  
299 ele destacou que o Conselho, em suas reuniões, já havia discutido muito sobre a fronteira deliberativa e operacional  
300 e lembrou que com a normativa que será feita pela ANA esse problema poderá ser resolvido. Já sobre o **Item 3 –**  
301 **Situação dos contratos com a ANA e com o INEA**, o Presidente do CA falou dos dois pontos discutidos  
302 anteriormente: 1) A breve discussão sobre os índices de avaliação, onde alguns deles no entender do Conselho de  
303 Administração não medem em nada os termos do Contrato de Gestão; e 2) O segundo ponto que ele gostaria de  
304 discutir era a questão da prestação de contas dos 7,5% (sete e meio por cento), pois se o índice é destinado para  
305 custos operacionais, no entender do CA uma nota fiscal de custo operacional cobrindo os 7,5% (sete e meio por  
306 cento) deveria bastar. Ele pediu então que fosse buscado esse entendimento para que conseguissem um pouco mais  
307 de liberdade financeira dentro da Agência. Já no Contrato de Gestão com o INEA, a discussão que o Conselho tem  
308 feito é de que a Agência hoje tem um peso muito maior administrativo, pois os trinta empregados alocados neste  
309 contrato estão fazendo o papel de Secretaria-Executiva. Ele continuou dizendo que hoje a Agência não tem uma  
310 carta de projetos, são poucos os que estão começando e sugeriu para que fosse pensada a elaboração de um aditivo  
311 neste contrato que abranja mais projetos, ou seja, dar mais possibilidades à Agência e tornar este contrato com o  
312 INEA mais global ou que envolva grande parte de desenvolvimento de projetos. Sobre este assunto, a Sra. Gláucia  
313 Sampaio perguntou se a sugestão era para incluir custos para desenvolvimento de projetos e o Preside do CA disse  
314 que não só de projetos, mas fazer um contrato parecido com o da ANA. **Item 4: Plano de aplicação plurianual dos**  
315 **recursos da cobrança** – Ele recapitulou que durante a reunião neste item foram tratados os assuntos ligados ao  
316 Plano Plurianual, rubricas, entre outros e destacou que um dos pontos que tem sido discutido pelo Conselho é o  
317 fluxo de caixa anual, que serviria para quebrar os projetos que entram com dois ou três anos de execução e, assim,  
318 seria possível remanejar melhor a verba. **Item 5: Propostas de melhoria da sistemática de aplicação de recursos**  
319 – Neste ponto ele destacou a Carta Consulta, tema que inclusive foi levado a uma reunião da Câmara Técnica por  
320 ele, onde com a implantação deste mecanismo seria possível estreitar os prazos e também avaliar se os projetos são  
321 bons ou não, tudo isso antes que fosse levantada toda a documentação que hoje é solicitada. O Sr. Rodrigo Flecha  
322 pediu para que fosse explicado melhor sobre a Carta Consulta e perguntou se ela poderia ser comparada a um ato de  
323 chamamento. O Sr. Edson Fujita respondeu que sim e disse que seria uma proposta preliminar antes da  
324 hierarquização dos projetos. Em seguida, colocou-se para discussão o tema de demandas induzidas e espontâneas,  
325 mecanismo utilizado pelo CEIVAP e que foi explicado pelo Presidente do CA e pelo Diretor-Executivo. O Sr.  
326 Rodrigo Flecha fez algumas ponderações sobre o assunto e citou como exemplo o funcionamento das demandas na  
327 Agência do Rio Doce. O Sr. Victor Sucupira colocou o Plano de Aplicação Plurianual para ser tratado ainda dentro  
328 do **Item 5**. Encerrada as observações sobre os temas, o Sr. Rodrigo Flecha disse que gostaria de comentar os pontos  
329 colocados pelo Presidente do CA sobre cada item da ordem do dia. **Item 1** – Solicitou ao Presidente do CA para que  
330 tanto a ANA como o INEA participassem da discussão do novo organograma. Quanto à questão do aumento  
331 salarial, ele disse que a ANA estava trabalhando no reajuste do PPU e que inclusive numa reunião entre a ANA,  
332 INEA e a Diretoria do CEIVAP, em 11 de junho de 2012, já havia ficado esclarecido que o Comitê estaria  
333 inadimplente com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando que de acordo com a Deliberação nº 65  
334 do CEIVAP foi dado um prazo para a correção monetária dos valores a partir do dia 1º de janeiro de 2010. O Sr.  
335 Osman Fernandes da Silva complementou dizendo que o aumento deveria ser dado caso o CEIVAP não aprovasse  
336 outro mecanismo de cobrança. O Sr. Rodrigo Flecha falou também sobre o interesse em participarem do Plano de  
337 Cargos e Salários. Ele citou que quanto ao prazo de execução das ações da AGEVAP, a ANA juntamente com a  
338 Agência estava fazendo um levantamento caso a caso e avaliando também o que está prometido e comprometido.  
339 Sobre a Normativa da ANA, ele explicou que precisariam de uma nova resolução nº 552 e que a deixaram como  
340 aberta para consulta pública, mas ninguém havia opinado. O Presidente do CA disse que não ficou sabendo e o Sr.  
341 Edson Fujita disse que antes da elaboração da atual resolução, que está em fase de análise, a Agência havia feito  
342 uma proposta, que foi ignorada pela ANA, ao que o Sr. Rodrigo Flecha argumentou que certos assuntos não  
343 estavam em sua plena governabilidade. **Item 2** – Sobre a relação CEIVAP/AGEVAP, o Sr. Rodrigo Flecha explicou  
344 que a ANA também estava de acordo que seria necessário definir bem as funções de cada uma e que estão  
345 trabalhando em uma resolução sobre este assunto, que está sendo discutida pela Diretoria da Agência Nacional de  
346 Águas. O Presidente do CA pediu para que o documento fosse encaminhado para o CA e o representante da ANA  
347 disse que a Agência já tinha opinado preliminarmente em uma das oficinas e que este não seria o momento para  
348 avaliar o documento, pois primeiramente a resolução deveria ser aprovada pela Diretoria da ANA. O Presidente do

349 CA explicou que dentro da estrutura da Agência, o órgão máximo é o Conselho e que a ANA pode ter mostrado  
350 apenas para a Diretoria da AGEVAP, mas que valeria a pena também passar por uma discussão do CA e pediu que  
351 a ANA não os apresentasse o documento já aprovado e sem possibilidade de alteração. O Sr. Rodrigo Flecha disse  
352 que no momento certo seria apresentado ao CA e o Sr. Victor Sucupira se comprometeu que não aprovariam a nova  
353 resolução sem a consulta à AGEVAP. **Item 3** – Sobre este item, o Sr. Rodrigo Flecha disse que no formato em que  
354 o Contrato de Gestão se encontrava hoje não seria necessário fazer um Termo Aditivo, pois a ANA e a AGEVAP  
355 haviam acabado de fazer um para o ano de 2012, mas sugeriu uma outra alternativa dizendo que poderiam buscar  
356 aperfeiçoá-lo para o próximo ano. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro disse que por estarem no meio do ano não faria  
357 sentido nenhum discutir o Contrato de Gestão agora, mas também concordou dizendo que poderia ser pensado algo  
358 para o ano que vem. **Itens 4 e 5** – Neste ponto foram colocadas as preocupações com os prazos dados pelo Comitê  
359 para os projetos e que muitas vezes tornavam a avaliação da Agência negativa devido às prorrogações que são  
360 dadas, atingindo desta forma a agilidade em aplicar os recursos. Uma das alternativas apresentadas para esta questão  
361 e que foi discutida durante a reunião foi o Plano de Aplicação Plurianual, que se aprovado pelo Comitê trará  
362 grandes melhorias neste processo. Outro ponto abordado pelo Sr. Rodrigo Flecha foi a sugestão do Presidente do  
363 CA sobre a prestação de contas dos 7,5% (sete e meio por cento) no início da reunião. O Sr. Rodrigo Flecha disse  
364 que irá se informar sobre a solicitação e disse que a ANA nunca havia tido nenhum problema com a prestação de  
365 contas com a AGEVAP. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms disse que a forma sugerida daria mais liberdade e menos  
366 burocracia no processo, mas o Sr. Victor Sucupira ponderou dizendo que essa liberdade não poderia ser dada. Já  
367 sobre o Contrato de Gestão da AGEVAP com o INEA, o Sr. Rodrigo Flecha sugeriu que o assunto fosse conversado  
368 com a Sra. Rosa Formiga. **Item 6: Mecanismo de escolha para os cargos da Diretoria** – O Sr. Rodrigo Flecha  
369 pediu para que a ANA e o INEA participem de todo o processo da escolha do Diretor-Executivo e dos demais  
370 cargos da Diretoria-Executiva. O Presidente do CA explicou o funcionamento de escolha destes cargos e disse que  
371 poderia incluí-los na Comissão de Avaliação dos candidatos escolhidos. O Sr. Rodrigo Flecha disse que não  
372 gostaria de invadir o espaço do CA, mas colocou achar importante como contratantes participarem desta escolha.  
373 **Item 7: Outros Assuntos** – Foram agendadas para os dias 3 e 4 de julho de 2012 as 7ª e 8ª Reuniões  
374 Extraordinárias do Conselho de Administração da AGEVAP, ocasião em que foram convidados a participar os  
375 representantes da ANA e INEA para a discussão dos Editais de Seleção do Diretor Administrativo-Financeiro e do  
376 Diretor-Executivo. Novamente, foi colocado em pauta o Plano Plurianual do CEIVAP. O Sr. Rodrigo Flecha  
377 sugeriu que o material que estava em fase de finalização fosse também apresentado ao Conselho de Administração  
378 em uma reunião, antes de ser apresentado à Diretoria do Comitê. Nada mais havendo a tratar, o Presidente  
379 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Gisela  
380 Sanches de Souza, secretária *ad hoc.* e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do Conselho de  
381 Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que presidiu a reunião.  
382

383 **Rio de Janeiro, 27 de junho de 2012.**  
384  
385  
386

387 Friedrich Wilhelm Herms  
388 **Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP**